



Estado do Rio Grande do Sul
CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUARI

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

PARECER N.º 035/2019

PROCESSO N.º 032/2019

DATA: 25 DE JULHO DE 2019

MATÉRIA: PROJETO DE LEI N.º 033/2019

EMENTA: “AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONCEDER INCENTIVO AOS PRODUTORES DA AGRICULTURA FAMILIAR E DA AGROINDÚSTRIA”.

AUTOR: EXECUTIVO MUNICIPAL

RELATOR: VEREADOR ARNO VARLEI MELLO BERGER

RELATÓRIO

1. O Projeto de Lei em análise foi apresentado nesta Casa Legislativa pelo Executivo Municipal, em 19 de julho de 2019, com o objetivo de autorizar o Poder Executivo a conceder incentivo aos Produtores da Agricultura Familiar e da Agroindústria para fomentar a divulgação e a comercialização dos produtos na Feira Industrial, Comercial, Serviços e Agropecuária – FEICOAGRO, em agosto de 2019.

2. O Projeto de Lei n.º 033/2019 foi encaminhado a esta Comissão, cabendo relatar a matéria e exarar Parecer na forma do artigo 55 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Jaguari.

ANÁLISE



Estado do Rio Grande do Sul
CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUARI

3. A iniciativa de projetos de lei que versem sobre programas municipais de incentivo é de competência privativa do Chefe do Executivo Municipal, eis que gera despesas, portanto, a iniciativa é válida, não apresentando qualquer vício de origem ou inconstitucionalidade formal.

4. O Projeto de Lei n.º 033/2019 deve ser apreciado pela Câmara Municipal, conforme preconiza o artigo 45, inciso I, da Lei Orgânica Municipal.

5. Em relação à técnica legislativa, tendo em conta o que estabelece a Lei Complementar n.º 95/1998, o Projeto de Lei encontra-se adequado.

6. O dispositivo legal transcrito confere o devido supedâneo para a autorização pleiteada, não havendo óbice à sua efetivação, desde que observadas às regras específicas inerentes aos procedimentos desta natureza, como no caso do Projeto de Lei n.º 033/2019, pautando-se pelas diretrizes legais levando em conta a realidade e necessidade do Município de Jaguari, sendo legítimo e necessário.

CONCLUSÃO DO VOTO

7. Diante dos fundamentos legais expostos, havendo constitucionalidade, legalidade e regimentalidade, bem como competência para a proposição da matéria e estando de acordo com a técnica legislativa, esta Relatoria, depois de debate realizado na Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, vota **favoravelmente à tramitação da matéria.**

Sala das Bancadas, 25 de julho de 2019.


Vereador Arno Varlei Mello Berger,
Relator.



Estado do Rio Grande do Sul
CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUARI

Valdemar Valente
Vereador Valdemar Valente,
Presidente.

Pelas conclusões:

Vereadora Cátina Monteiro Frescura *Cátina*

Vereadora Elisângela Piccoli Dri *Elisângela*

Vereador Ezio Jocelito Silva *Ezio*

DECISÃO: Aprovado por *unanimidade* em 25/07/2019.